STJ00105467

Fran Martins

Contratos e Obrigações Comerciais

18ª edição
Revista, atualizada e ampliada por
GUSTAVO SAAD DINIZ

gen | Editora FORENSE

■ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

■ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2018 *by*
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

■ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

■ Capa: Danilo Oliveira

■ Fechamento desta edição: 23.03.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M343c

Martins, Fran.
Contratos e obrigações comerciais / Fran Martins. – 18. ed., rev., atual. e ampl. por Gustavo Saad Diniz – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8049-8

1. Contratos – Brasil. 2. Direito comercial – Brasil. 3. Obrigações (Direito) – Brasil. I. Diniz, Gustavo Saad. II. Título.

18-48533 CDU: 347.7(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

STJ00105467

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo Primeiro
DAS OBRIGAÇÕES EMPRESARIAIS

I
Das Obrigações Empresariais

1. Noção 1
2. Conceito de obrigação 1
3. As regras do Direito Civil e as obrigações empresariais 3
4. O Código Comercial de 1850 e a unificação das obrigações civis e comerciais 4
5. Dispositivos do Código Comercial de 1850 relativos às obrigações 5
6. Obrigações civis e obrigações comerciais 6
7. Especialização da obrigação empresarial 6
8. Elementos das obrigações: sujeito e objeto 9
9. Características dos sujeitos da obrigação 10
   a) Posição dos sujeitos nos negócios jurídicos 10
   b) Sujeitos determinados e indeterminados 11
   c) Obrigações conjuntas ou conexas 11
10. Solidariedade entre os sujeitos das obrigações 12
11. A solidariedade nas obrigações empresariais 14
12. Objeto da obrigação 15

II
Efeitos e Extinção das Obrigações

13. Posição da lei brasileira 17
14. Efeitos das obrigações 18
15. Extinção da obrigação 19
16. Modos de extinção das obrigações 19

PAGAMENTO 20
17. Noções gerais 20
18. Espécies de pagamento 21
   a) Pagamento real 21
   b) Pagamento por consignação (arts. 334 a 345 do CC) 21
   c) Pagamento com sub-rogação (arts. 346 a 351 do CC) 21
   d) Pagamento por imputação (arts. 352 a 355 do CC) 22
   e) Dação em pagamento (arts. 356 a 359 do CC) 22
19. A consignação, sub-rogação e imputação na lei comercial anterior ao CC 23

STJ00105467

NOVAÇÃO 24
20. Conceito 24
21. A novação no CCom 26
21-A. A novação especial da Lei de Recuperação de Empresas e Falências 26

COMPENSAÇÃO 27
22. Conceito 27
23. Espécies de compensação 27
24. Requisitos da compensação legal 27
25. A compensação na legislação comparada 28
26. Compensação convencional 29
27. A compensação no Código Comercial 29

CONFUSÃO 29
28. Conceito 29
29. Diferença entre confusão e compensação 30

REMISSÃO 30
30. Noção 30
31. A manifestação do devedor na remissão 30
32. Modos de remissão 31
33. A remissão no Código Civil 31
34. A remissão em matéria comercial 32

OUTRAS MODALIDADES PREVISTAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PARA A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 32
35. Transação e compromisso 32
36. Prescrição. Noção 33
37. Prescrição e decadência 34
a) Na prescrição 34
b) Na decadência 35
c) Tanto na prescrição como na decadência 35
38. Prazos de prescrição 35
39. Renúncia da prescrição 39
40. Impedimentos da prescrição 40
41. Suspensão da prescrição 41
42. Ocorrências das causas do impedimento e suspensão da prescrição 42
43. Interrupção da prescrição 42
44. A interrupção da prescrição na legislação processual civil 43
45. Quem pode promover a interrupção 43
46. Casos de decadência 44

Capítulo Segundo
DOS CONTRATOS COMO FONTE DAS OBRIGAÇÕES EMPRESARIAIS

III
Dos Contratos em Geral

47. O contrato como fonte de obrigações 47
48. Conceito de contrato 47
49. Contratos civis, de consumo e empresariais 48
50. Peculiaridades dos contratos empresariais 50
51. Prova dos contratos empresariais 52
52. Forma dos contratos empresariais 53
53. Interpretação dos contratos empresariais 54

STJ00105467

53-A. Novas perspectivas para os contratos 57
53-B. Contratos relacionais 59
53-C. O problema da dependência econômica 60
53-D. Novos contratos: joint venture, project finance, *novas molduras da locação* 61
53-E. Mudança da base tecnológica do capitalismo: transição da obsolescência programada para o sistema produto-serviço 63

IV

Da Formação dos Contratos Empresariais

54. Elementos necessários à formação dos contratos 65
55. Contratos entre presentes e entre ausentes 66
56. A obrigatoriedade da proposta nos contratos entre presentes 66
57. A obrigatoriedade da proposta nos contratos entre ausentes 67
58. O momento da formação do contrato. Contratos por correspondência 68
59. O momento da conclusão do contrato por correspondência no Direito brasileiro 70
60. Exceções ao sistema da expedição 70
61. Propostas a pessoas indeterminadas 72
62. Propostas para subscrição das ações ou debêntures 72
63. Contratos de adesão 73
64. Interferência do Estado nos contratos. Publicização do contrato 74
65. O lugar da conclusão dos contratos 75

V

Classificação dos Contratos Empresariais

66. Interesse da classificação. Partes 76
67. Contratos consensuais e reais 77
68. Contratos unilaterais e bilaterais 77
69. Contratos gratuitos e onerosos 78
70. Contratos comutativos e aleatórios 79
71. Contratos solenes e não solenes 79
72. Contratos principais e acessórios 80
73. Contratos instantâneos e de execução continuada 80
74. Contratos *intuitu personae* ou pessoais, e contratos impessoais 80
75. Contratos típicos e atípicos 80

VI

Extinção dos Contratos Empresariais

76. Noções gerais 81
77. Extinção pelo cumprimento da obrigação 81
78. Extinção do contrato pelo não cumprimento da obrigação. Resolução 82
79. Cláusula resolutiva expressa. Pacto comissório 82
80. Resolução do contrato por impossibilidade do cumprimento da obrigação 82
81. Resolução por excesso de onerosidade 83
82. Extinção do contrato por resilição 84
a) Resilição bilateral. Distrato 85
b) Resilição unilateral. Cláusula penal. Revogação. Renúncia 85
83. Rescisão e cessação do contrato 86

STJ00105467

VII
Nulidade e Anulabilidade dos Contratos Empresariais

84. Nulidade e anulabilidade 88
85. Nulidade no Código Comercial 88
86. Nulidade no Reg. 737 89
87. A nulidade e anulabilidade no Código Civil 90
88. Confronto dos princípios das leis civil e comercial 92
89. A nulidade e a anulabilidade dos contratos empresariais 92

VIII
Contratos na Legislação

90. Sistema do Código Comercial 94
91. Método para o estudo dos contratos empresariais 95

Capítulo Terceiro
DA COMPRA E VENDA MERCANTIL

IX
Noções Gerais

92. Conceito 97
93. A compra e venda no Código Comercial 97
94. A compra e venda no Código Civil 99
95. Vendas com reserva de domínio 100
96. Características da compra e venda mercantil 102
97. Histórico das compras e vendas 103
98. Classificação do contrato de compra e venda 104
99. Forma e prova do contrato de compra e venda 105

X
Elementos do Contrato de Compra e Venda

100. Elementos característicos da compra e venda 106

CONSENTIMENTO 106
101. A capacidade como elemento indispensável para a validade do consentimento 106
102. Defeitos da manifestação da vontade 107
102-A. Vícios do consentimento 107
a) O erro e a ignorância 108
b) O dolo 109
c) A coação 109
102-B. Vícios sociais 110
a) Estado de perigo 110
b) Lesão 110
c) Fraude 110
d) A simulação como causa de nulidade 111
103. Compra e venda entre presentes e entre ausentes 112
104. A capacidade nos contratos de compra e venda mercantil 112

COISA 112
105. Os elementos específicos do contrato 112
106. Coisa e objeto do contrato 112
107. Coisas que não podem constituir elementos essenciais dos contratos de compra e venda mercantil 114

STJ00105467

108. Características das coisas comerciais 115

ESPÉCIES DE COISAS 116
109. Das várias espécies de coisas 116
a) Coisas próprias ou alheias 116
b) Coisas atuais ou futuras 117
c) Coisas corpóreas, incorpóreas e incorporadas 118
d) Coisas universais ou universalidades 118

PREÇO 119
110. Do preço como elemento do contrato de compra e venda 119
111. Requisitos do preço 119
112. Fixação do preço 120

XI

Modalidades da Compra e Venda Mercantil

113. Noções gerais 122
114. Modalidades da compra e venda 123

COMPRA E VENDA PURA E SIMPLES 123
115. Vendas sob amostras 123

COMPRAS E VENDAS CONDICIONAIS 125
116. Espécies de condições 125
116-A. Modalidades de compras e vendas condicionais 125

VENDAS A CONTENTO 125
117. Noção e espécies 125
a) Vendas sob a condição de prova ou degustação 126
b) Vendas sob a condição de peso, medida e contagem 126
c) Vendas sob a condição de experimentação ou ensaio 127
d) Vendas sob a condição de exame 127

OUTRAS ESPÉCIES DE VENDAS CONDICIONAIS 128
118. Vendas de mercadorias em trânsito 128
119. Retrovenda e pacto comissório 128

I – VENDAS A TERMO 129
120. Noção 129
121. Espécies de vendas a termo 129
a) Vendas a termo de mercadorias 130
b) Vendas de títulos nas Bolsas 131
c) Reporte 132

II – VENDAS COMPLEXAS 133
122. Noção 133
123. Características das vendas complexas 133
124. Contrato de fornecimento 134
125. Contrato de assinatura 135

III – VENDAS PÚBLICAS 136
126. Noção 136

STJ00105467

XII
Obrigações Decorrentes do Contrato de Compra e Venda Mercantil

127. Obrigações das partes contratantes como consequência do acordo de vontades 137

OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR 137
128. A entrega da coisa 137

I – TRADIÇÃO 139
129. A tradição como meio de transferência do domínio 139
130. Exceções à regra de que a tradição opera a transferência do domínio das coisas comerciais 140
131. Formas de tradição 140
132. Despesas com tradição 141
133. Os riscos da coisa e a tradição 141
134. Modo, lugar e tempo da tradição 142
135. Cláusulas relativas ao transporte de mercadorias 144
a) Cláusula CIF 144
b) Cláusula FOB 145
c) Outras cláusulas comuns referentes ao transporte de mercadorias 146

II – RESPONSABILIDADE PELOS VÍCIOS OCULTOS 146
136. Caracterização dos vícios ocultos 146

III – RESPONDER PELA EVICÇÃO 148
137. Garantia do vendedor pela evicção 148
138. Denunciação da lide 149

IV – OUTRAS OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR 150
139. Emissão da fatura e da duplicata 150

OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR 151
140. Principais obrigações do comprador 151

I – OBRIGAÇÃO DE PAGAR O PREÇO 151
141. Razão da obrigação 151
142. A quem deve ser pago o preço 151
143. Tempo do pagamento 151
144. Lugar do pagamento 152
145. Modo de pagamento 153
146. Forma de pagamento 154

II – OBRIGAÇÃO DO COMPRADOR DE RECEBER A COISA 154
147. Tempo, lugar e modo do recebimento 154
148. Despesas e riscos com o recebimento 155

III – OUTRAS OBRIGAÇÕES A CARGO DO COMPRADOR 155
149. Obrigação de devolver as duplicatas de fatura nas vendas a prazo 155

XIII
Alienação Fiduciária em Garantia

150. A introdução da alienação fiduciária no Direito brasileiro 157
151. O instrumento da alienação fiduciária. Requisitos 159
152. Direitos do credor 159
153. Utilidade e aplicação do contrato 162

STJ00105467

XIV
Promessa de Compra e Venda

154. Noção 165
155. Natureza jurídica 165
156. Responsabilidade das partes contratantes 166
157. Orientação legislativa 167

XIV-A
A Incorporação da CISG no Ordenamento Brasileiro

157-A. Noção 168
157-B. Aplicação da convenção 169
157-C. Formação do contrato 169
157-D. Regras de compra e venda 171
a) Obrigações do vendedor 171
b) Obrigações do comprador 172
c) Resolução, resilição e rescisão 173
d) Transferência de risco 174
e) Exceção de contrato não cumprimento: 174
157-E. Disposições finais de adoção, de reservas e de ratificação 175

Capítulo Quarto
TRANSPORTE DE COISAS E PESSOAS

XV
Princípios Gerais

158. Noção 177
159. O transporte de mercadorias no Código Comercial 178
160. Legislação posterior ao Código. Estradas de ferro 179
161. Natureza jurídica 180
162. Classificação 181
163. Prova do contrato de transporte 182
164. Comercialidade do contrato de transportes 183
165. Espécies de transportes 183

XVI
Transporte de Coisas

166. Noção 184
167. Pessoas que intervêm no contrato de transporte de coisas 184
168. Conhecimento de transporte 185
a) Histórico de conhecimento 186
b) Requisitos do conhecimento 187
c) Natureza jurídica do conhecimento 189
d) Circulação dos conhecimentos 190
169. Cláusulas modificativas do endosso 191
170. Endosso mandato e endosso pignoratício 192
171. Responsabilidade dos endossantes 192
171-A. Conhecimento não à ordem 193

XVII
Direitos e Obrigações do Remetente, do Transportador e do Consignatário no Transporte de Coisas

172. Obrigações dos contratantes 195

STJ00105467

OBRIGAÇÕES DO REMETENTE 195
a) Entrega da coisa a ser transportada 195
b) Obrigação do remetente de pagar o frete 197
c) Obrigação do remetente de bem acondicionar a mercadoria entregue para o transporte. 197
d) Obrigação de declarar a natureza e o valor das mercadorias entregues em invólucros fechados 198

OBRIGAÇÕES DO TRANSPORTADOR 198
a) Obrigações de receber, transportar e entregar as mercadorias, no tempo e lugar convencionados 198
b) Obrigação de expedir o conhecimento do frete 199
c) Obrigação de seguir o itinerário ajustado 199
d) Obrigação de aceitar a variação de consignação 200

RESPONSABILIDADES DO REMETENTE E DO TRANSPORTADOR 200

I – RESPONSABILIDADE DO REMETENTE 200
172-A. Vício próprio, caso fortuito e força maior 200
173. Outras responsabilidades a cargo do remetente 201

II – RESPONSABILIDADES DO TRANSPORTADOR 202
173-A. Responsabilidades do transportador 202
a) Perdas, furtos ou avarias nas mercadorias transportadas 202
b) Danos relativos à entrega da mercadoria fora do prazo ajustado 202
c) Responsabilidade pelo não cumprimento das formalidades fiscais 203
174. Prazo da responsabilidade do transportador 203
175. Cláusula de não responsabilidade 203
176. Valor da indenização 204
177. Exoneração da responsabilidade do transportador 204

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONSIGNATÁRIO 205
178. Posição do consignatário no contrato de transporte de mercadorias 205
179. Direitos e obrigações do consignatário 205
180. Transporte cumulativo 206

XVIII
Transporte de Pessoas

181. Noção 207
182. O transporte de pessoas na legislação comercial 208
183. Elementos do contrato de transporte de pessoas 208
184. Capacidade das partes contratantes 209
185. A bagagem do passageiro 210
186. Prova do contrato de transporte de pessoas 210
187. Nota de bagagem 211
188. Obrigações e responsabilidades do transportador 212
189. Obrigações e direitos do passageiro 213
190. Proibições aos passageiros 214

Capítulo Quinto

MANDATO, REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (OU AGÊNCIA), DISTRIBUIÇÃO, GESTÃO DE NEGÓCIOS E COMISSÃO

XIX
Mandato

191. Conceito 215

STJ00105467

192. Sistema legal anterior ao Código Civil de 2002 ... 215
193. Caracterização do mandato ... 217
194. Mandato e comissão ... 217
195. Condições para a existência do mandato ... 217
196. Classificação do contrato ... 218
197. Pessoas que intervêm no contrato de mandato ... 218
198. Constituição do mandato ... 219
199. Forma, prova e instrumento do mandato ... 220
200. Espécies de mandato ... 221
201. Poderes do mandato ... 222
202. Substabelecimento do mandato ... 223
203. Obrigações do mandatário ... 224
a) Executar o mandato, segundo as ordens e instruções do mandante (Código Civil, art. 667) ... 224
b) Pagar juros ao mandante pelas importâncias recebidas para este e não entregues no tempo oportuno (Código Civil, art. 670) ... 225
c) Guardar as coisas detidas em nome do mandante, ficando responsável pela sua conservação (Código Civil, arts. 668 e 671) ... 225
d) Prestar contas das operações realizadas em nome do mandante (Código Civil, art. 668) ... 225
204. Obrigações do mandante ... 226
a) Responder pelos atos praticados, em seu nome, pelo mandatário ... 226
b) Suprir os meios para a execução do mandato ... 226
c) Pagar a remuneração do mandatário ... 227
d) Pagar juros pelas importâncias adiantadas pelo mandatário ... 227
e) Ressarcir as perdas sofridas pelo mandatário com a execução do mandato ... 227
205. Extinção do mandato ... 227
a) A revogação dos poderes por parte do mandante (Código Civil, art. 682, I) ... 227
b) A renúncia do mandatário (Código Civil, arts. 682, I e 688) ... 229
c) A morte ou interdição do mandante ou do mandatário (Código Civil, art. 682, II) ... 229
d) A falência do mandatário (LREF, art. 120) ... 230
e) Mudança de estado do mandante ou do mandatário (Código Civil, art. 682, III) ... 230
f) Terminação do prazo ou conclusão do negócio (Código Civil, art. 682, IV) ... 231

XX
Representação Comercial (ou Agência) e Distribuição

206. Conceito ... 232
207. Sistema legal ... 233
208. Características ... 235
a) a profissionalidade do representante ... 235
b) a autonomia ... 235
c) a habitualidade dos atos praticados pelos representantes ... 236
d) a mercantilidade dos negócios agenciados para o representado ... 236
e) a delimitação geográfica das atividades dos representantes ... 236
f) a exclusividade da representação ... 236
g) a remuneração do representante ... 236
209. Representação, mandato e comissão ... 237
210. Profissionalização de representante ... 237
211. Classificação do contrato ... 237
212. Forma e prova do contrato ... 238
213. Obrigações do representante ou agente ... 239
214. Obrigações do representado ... 239

STJ00105467

215. Extinção do contrato de representação e solução de controvérsias 240
216. Contrato de distribuição 242

XXI
Gestão de Negócios

217. Noção 244
218. Histórico 244
219. Características 244
220. Natureza jurídica 245
221. Obrigações do gestor 246
222. Responsabilidade do gestor 246
223. Obrigações do dono do negócio 247
224. Ratificação da gestão 247
225. Desaprovação da gestão 247

XXII
Comissão

226. Noção 249
227. Comissão e mandato 249
228. Sistema legal 250
229. Significados da palavra "comissão" 251
230. Características 251
231. Classificação 251
232. Remuneração do comissário 252
233. Forma e prova do contrato 252
234. Obrigações do comissário 252
235. Obrigações do comissário em relação ao comitente 253
236. Obrigações do comissário em relação aos terceiros 254
237. Responsabilidades do comissário 254
238. Direitos do comissário 255
239. Obrigações, responsabilidades e direitos do comitente 256
240. Comissão *del credere* 256
241. A comissão e o contrato de expedição 258
242. A comissão e a representação comercial ou contrato de agência 258
243. A comissão e o contrato de corretagem 259
244. A comissão e o contrato de leiloamento 259

Capítulo Sexto
MÚTUO, FIANÇA, PENHOR E SEGURO

XXIII
Mútuo Empresarial

245. Noção 261
246. Empréstimo, comodato e mútuo 261
247. Sistema legal 262
248. Classificação 262
249. Características 263
250. Elementos do contrato 263
a) Transferência do domínio 263
b) Obrigação de restituição 264
251. Prazo 264
252. Forma e prova do contrato 264
253. Juros 265

STJ00105467

EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS MEDIANTE EMISSÃO DE DEBÊNTURES 267
254. Empréstimos contraídos pelas sociedades por ações" 267
255. Constituição do empréstimo 269
256. Valor dos empréstimos, exceções 269
257. Títulos representativos do empréstimo 270
258. Garantias 271
259. Agente fiduciário dos debenturistas 271

XXIV
Fiança

260. Noção 274
261. Sistema legal 274
262. Características 274
263. Espécies de fiança 275
264. Caução, fiança, aval e abono 275
265. Classificação 276
266. Benefício de ordem 276
267. Cofiadores 277
268. Sub-rogação 278
269. Forma, prova e extensão da fiança 278
270. Interpretação da fiança 278
271. Consentimento do cônjuge 279
272. Fianças de sócios 279
273. Exoneração do fiador 281
274. Morte do fiador 282
275. Extinção da fiança 282

XXV
Penhor Mercantil

276. Noção 283
277. Significados da palavra "penhor" 283
278. Sistema legal 283
279. Bem dado em penhor 284
280. Penhor convencional e penhor legal 284
281. Características do penhor 285
282. A tradição no penhor 285
283. Classificação do contrato de penhor 286
284. Objeto do penhor 286
285. Elementos necessários à constituição do penhor 286
286. Constituição do penhor. Enunciações do instrumento 287
287. Direitos e obrigações do credor 288
a) Direitos 288
b) Obrigações 288
288. Direitos e obrigações do devedor 289
289. Vencimento do contrato de penhor 289
290. Extinção do penhor 290

MODALIDADES ESPECIAIS DE PENHOR 291

I – PENHOR INDUSTRIAL E MERCANTIL 291
291. Noção. Penhor cedular 291
292. Constituição do penhor industrial cedular 292
293. Posse do objeto do penhor industrial 294

II – PENHOR DOS PRODUTOS DA SUINOCULTURA E DE CARNES CONGELADAS . 294
294. Extensão do penhor aos produtos da suinocultura ... 294

III – PENHOR AGRÍCOLA E PENHOR DO SAL ... 295
295. Penhor agrícola ... 295
296. Penhor do sal ... 295

IV – PENHOR DE DIREITOS E TÍTULOS DE CRÉDITO ... 296
297. Penhor de títulos de crédito ... 296

V – PENHOR DE MERCADORIAS DEPOSITADAS EM ARMAZÉNS GERAIS ... 297
298. O penhor das mercadorias depositadas em armazéns gerais e o *warrant* ... 297
299. Constituição do penhor nos títulos de crédito ... 298
299-A. Penhor de veículos ... 298

XXVI
Seguro

300. Conceito ... 299
301. Divisão ... 299
302. Sistema legal ... 299
303. Sistema nacional de seguros privados ... 301
304. Sociedades seguradoras ... 301
305. Corretores de seguros ... 302
306. Interesse segurável e risco ... 302
307. Espécies de seguros ... 304
308. Classificação do contrato de seguro ... 305
309. Constituição do seguro. Proposta ... 305
310. Apólice ... 306
311. Bilhete de seguro ... 307
312. Prêmio ... 307
313. Obrigações do segurador e do segurado ... 308
314. Sinistro. Liquidação ... 308
315. Cosseguro ... 309
316. Resseguro e retrocessão ... 309
317. Extinção do contrato de seguro ... 310
318. Seguro e mutualidade ... 310
319. Seguro e capitalização ... 311

Capítulo Sétimo
DEPÓSITO, CONTA-CORRENTE E CONTRATOS BANCÁRIOS

XXVII
Depósito Mercantil

320. Noção ... 313
321. Sistema legal ... 313
322. Características ... 315
323. Modalidades de depósito: depósito civil e depósito mercantil ... 315
324. Classificação ... 316
325. Prazo ... 316
326. Elementos do contrato de depósito mercantil ... 317
327. Espécies de depósito: depósito voluntário, depósito necessário e depósito judicial ... 317

DEPÓSITO VOLUNTÁRIO OU CONVENCIONAL ... 318
328. Conceito ... 318

STJ00105467

I – DEPÓSITO REGULAR ... 318
329. Conceito ... 318
330. Forma e prova ... 318
331. Divisibilidade do depósito ... 319
332. Obrigações do depositário ... 319
333. Obrigações do depositante ... 320

II – DEPÓSITO IRREGULAR ... 320
334. Conceito ... 320
335. Transferência da propriedade no depósito irregular ... 320

DEPÓSITO NECESSÁRIO ... 321
336. Conceito ... 321
337. Depósito legal e depósito miserável ... 321
338. Depósito de bagagem em hospedaria ... 321

DEPÓSITO JUDICIAL ... 322
339. Conceito ... 322

EXTINÇÃO DO DEPÓSITO ... 322
340. Casos de extinção do contrato ... 322

DEPÓSITO EM TRAPICHES, ARMAZÉNS DE DEPÓSITO E ENTREPOSTOS ... 322
341. Trapiches, armazéns de depósito e entrepostos ... 322
342. Direitos e obrigações dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósito ... 323
343. Fiscalização ... 323

DEPÓSITO EM ARMAZÉNS GERAIS ... 323
344. Conceito de armazéns gerais ... 323
345. Constituição das empresas de armazéns gerais ... 324
346. Peculiaridades dos armazéns gerais ... 324
347. Prova e prazo do depósito nos armazéns gerais ... 325
348. Livros especiais ... 326
349. Direitos e obrigações dos armazéns e dos depositantes ... 326
350. Fiscalização ... 327
351. Conhecimento de depósito e *warrant* ... 327
352. Função do conhecimento de depósito ... 329
353. Função do *warrant* ... 329
354. Função do conhecimento do depósito e do *warrant* unidos ... 331
355. Emissão do conhecimento de depósito e do *warrant* por entidade que não armazéns gerais ... 331

VENDA PÚBLICA DE MERCADORIAS DEPOSITADAS ... 331
356. Salas de vendas ... 331

XXVIII
Conta-Corrente

357. Noção ... 333
358. O contrato de conta-corrente e a conta-corrente contábil ... 334
359. Sistema legal ... 334
360. A conta-corrente na legislação estrangeira ... 335
361. A conta-corrente nos projetos brasileiros de Código Comercial ... 335
362. Características ... 336
363. Classificação do contrato de conta-corrente ... 337
364. Forma e prova do contrato ... 337
365. Remessas ... 338

STJ00105467

366. Efeitos da conta-corrente 338
367. A cláusula "salvo embolso" 339
368. Encerramento da conta 340
369. Extinção do contrato 340

XXIX
Bancos e Operações Bancárias

EMPRESAS BANCÁRIAS 342
370. Bancos 342
371. Função econômica dos bancos 342
372. Histórico 343
373. Reforma bancária. Criação do Banco Central do Brasil 344

I – BANCO CENTRAL 347

II – BANCO DO BRASIL 348
374. Sistema legal 348
375. Espécies de bancos 349
a) Bancos de emissão 350
b) Bancos de depósitos 350
c) Bancos de crédito móvel 351
d) Bancos de comércio exterior 352
e) Bancos agrícolas 352
f) Bancos de crédito real 353
g) Bancos de crédito industrial 353
376. Bancos e casas bancárias 354
377. Bancos e caixas econômicas 355
378. Bancos e cooperativas de crédito 356
379. Organização dos bancos 359
380. Liquidação extrajudicial dos bancos. Intervenção 360
381. Garantias legais aos interesses de terceiros 361

OPERAÇÕES BANCÁRIAS 362
382. Noção 362
383. Operações passivas e ativas 362

I – OPERAÇÕES PASSIVAS 362
384. Características das operações passivas 362
385. Depósito pecuniário 362
386. Emissão de notas bancárias 364
387. Redesconto 364

II – OPERAÇÕES ATIVAS 364
388. Características 364
389. Empréstimos 365
390. Desconto 365
391. Antecipações 366
392. Aberturas de crédito 366
393. Cartas de crédito 367

OUTRAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS 369
394. Comércio bancário 369
395. Operações de câmbio 369
396. *Del credere* bancário 369
397. Compra de metais preciosos 370

STJ00105467

398. Cobrança e transferência 370
399. Compra e venda de valores móveis 370
400. Depósitos em custódia e serviço de cofres individuais 371
401. Financiamento 371
402. Cheques garantidos 373

Capítulo Oitavo

ARRENDAMENTO MERCANTIL (*LEASING*), FATURIZAÇÃO (*FACTORING*), FRANQUIA (*FRANCHISING*), *KNOW-HOW* E CARTÕES DE CRÉDITO

XXX

Arrendamento Mercantil ou Leasing

403. Noção 375
404. Denominação 376
405. Histórico 376
406. Sistema legal 377
407. Modalidades 378
a) Leasing *financeiro* 378
b) Lease-back *ou* leasing *de retorno* 380
408. *Leasing* operacional. *Renting* 380
409. Categorias de *leasing*: *leasing* mobiliário ou de equipamento e *leasing* imobiliário 382
410. O *leasing* como operação financeira 382
411. A constituição do *leasing* 382
412. Partes contratantes 383
413. Natureza jurídica 384
414. Classificação 384
415. Obrigações do arrendador e do arrendatário 384
416. Extinção do arrendamento mercantil 385
416-A. Regulamentação do arrendamento mercantil 385
a) Da prática do arrendamento mercantil 386
b) Constituição das sociedades de arrendamento mercantil 386
c) Modalidades de arrendamento mercantil 386
d) Dos contratos de arrendamento 386
e) Das operações de arrendamento 387
f) Fontes de recursos 388
g) Da coligação e interdependência 388

XXXI

Faturização ou Factoring

417. Conceito 389
418. Histórico 390
419. O *factoring* antigo e o moderno 391
419-A. Regulamentação do factoring *no Brasil. Natureza do contrato* 391
420. A faturização como técnica financeira e de gestão empresarial. Sua utilidade 395
421. Elementos pessoais 395
422. Modalidades de faturização. Faturização interna e exterior. Faturização convencional e no vencimento 396
423. Formação do contrato. Classificação 397
424. Cláusulas essenciais e cláusulas facultativas 397
425. As operações da faturização. Contas aprovadas e não aprovadas 398
426. Relações entre o faturizador e o faturizado 399
427. Relação entre o faturizador e o comprador 399

STJ00105467

428. Relações entre o comprador e o faturizado ... 399
429. Obrigações e direitos do faturizador ... 400
430. Obrigações e direitos do faturizado ... 400
431. Obrigações e direitos do comprador ... 401
432. Extinção do contrato ... 401
433. A faturização e a prestação de serviços ... 401

XXXII
Franquia ou Franchising

434. Origem ... 403
435. Conceito ... 404
436. Elementos da franquia. Empresarialidade ... 405
437. Objeto da franquia ... 405
438. Características da franquia ... 406
439. Como se opera a franquia. Onerosidade do contrato ... 407
440. Natureza jurídica ... 407
441. Classificação ... 408
442. Cláusulas contratuais ... 409
443. Preço dos produtos franqueados ... 412
444. Extinção do contrato ... 413

XXXIII
Know-How

445. Significado da expressão *know-how* ... 415
446. Noção de *know-how* ... 415
447. *Know-how* e contrato de *know-how* ... 417
448. Elementos do *know-how* ... 417
449. *Know-how* e assistência técnica ... 418
450. Natureza jurídica do *know-how*. Valor econômico. Proteção ... 418
451. Transferência de *know-how* ... 419
452. Modalidades de transferência ... 420
453. Natureza jurídica do contrato de *know-how* ... 421
454. Formação do contrato. Fases ... 422
455. Extinção do contrato ... 423
456. *Know-how* e Direito fiscal ... 423

XXXIV
Cartões de Crédito

457. Noção ... 424
458. Evolução ... 425
459. Elementos do sistema: emissor, titular e fornecedor ... 426
460. Emissão e utilização dos cartões de crédito ... 427
461. Espécies de cartões de crédito ... 429
461-A. Cartões de credenciamento ... 429
461-B. Cartões de crédito verdadeiros ou stricto sensu ... 430

CARTÕES DE CRÉDITO NÃO BANCÁRIOS ... 431
a) Relações entre o emissor e o titular ... 432
b) Relações entre o emissor e o fornecedor ... 433
c) Relações entre o titular e o fornecedor ... 434

CARTÕES DE CRÉDITO BANCÁRIOS ... 434
462. Elementos do sistema. Relações ... 435
463. Mecanismo dos cartões de crédito bancários ... 435

STJ00105467

464. Natureza dos cartões de crédito bancários 436
465. Extinção do contrato 437
466. Cartões de crédito e prestação de serviços 437
467. Os cartões de crédito como fatores da inflação 437
468. Regulamentação legal dos cartões de crédito 438
469. Cartão de crédito internacional 438

BIBLIOGRAFIA 439